

Fala, literatura e norma

Maria de Lourdes CRISPIM
(Universidade Nova de Lisboa)

Década de 60. Durante vários anos, os alunos do quarto ano da licenciatura em Filologia Românica, incentivados e acompanhados pelo Professor Lindley Cintra, partiam alguns dias para uma previamente escolhida região do país, a fim de observar ao vivo e *in loco* como se procurava informação linguística: como se seleccionavam os informantes, como se inquiriam os mesmos e como se registavam dados. Uma aprendizagem de metodologia de trabalho de campo e um pretexto para um convívio que certamente ficou na memória de quantos participaram nestas "excursões dialectais". Entre os pique-niques, as visitas a igrejinhas perdidas (minuciosamente vistas com olhos de ver), as cantigas e as histórias tradicionais, a descoberta de pequenas peças de artesanato, procuravam-se formas dialectais de dizer nomes de coisas que não sabíamos designar (ou de que desconhecíamos até a existência). Foi numa destas excursões que o Professor, com a sua natural distinção, proferiu esta frase surpreendente para jovens habituados a obedecer às regras linguísticas e sociais: *Em linguística não há obscenidades*. O tom natural com que foi proferida a frase acentuava ainda mais o seu carácter provocatório, ao mesmo tempo que, na sua simplicidade, se erigia em máxima de comportamento para quem pretendia investigar a vida de qualquer língua.

Mas se as "obscenidades" são apenas uma designação resultante de juízos sociais sobre determinadas unidades do léxico, o seu uso pode acarretar consequências mais ou menos graves para os falantes que as utilizam. Em situações de ensino/aprendizagem de uma língua, seja materna seja estrangeira, nenhum agente de ensino da mesma, nomeadamente a escola, pode ignorar esse facto. Em relação às obscenidades, como em relação a outras formas linguísticas proscritas pela comunidade, levanta-se a eterna questão das relações entre língua/sistema e língua/"norma".

Nunca mais me esqueci da frase-lição do mestre. Recentemente, a leitura de algumas obras literárias em que são usadas "obscenidades" (sem que censura se exerça) fez-me pensar que, como na linguística, também na literatura não há obscenidades. No âmbito de um seminário de mestrado, foi iniciado um projecto de investigação que visa analisar alguns aspectos das relações entre língua, literatura e norma.

O estudo que se pretende desenvolver prende-se com a análise das relações entre língua corrente, falada, e língua literária numa dupla vertente: (i) sendo o português uma língua pluricultural, como se articulam nas obras literárias dos diferentes espaços lusófonos as diversidades linguísticas e culturais e um ideal de língua "correcta"? (ii) Que processos estilísticos e linguísticos utilizam os autores para inserir diferentes registos, nomeadamente da oralidade, no interior da sua escrita?

Este projecto insere-se numa orientação, inspirada em Traugott e Pratt (1980), a que podemos chamar linguística aplicada à análise literária, ou, como prefere chamar-lhe Azevedo (2003:19),

numa "linguística literária – entendendo-se por este termo a interface entre estudos de linguagem e os de literatura". No cerne da questão, a relação entre língua, norma e criação.

O conceito de "norma" é questionável, ou até mesmo dispensável, na perspectiva da análise das gramáticas. No entanto, o mesmo não se verifica na abordagem dos usos e a relação entre os dois planos (gramática e usos) surge como um campo mal definido dentro dos estudos linguísticos. O conflito entre a determinação das regras de boa formação das estruturas linguísticas e a consideração das suas ocorrências reais não parece estar ainda solucionado. Pese embora o valor abstracto do conceito chomskiano de falante ideal, continua por esclarecer qual o estatuto da entidade que subjaz aos juízos de gramaticalidade desse falante: a língua ou uma determinada "imagem" da língua? Se, por um lado, a subjectividade dos juízos não tem impedido notáveis avanços teóricos no interior da teoria generativa, por outro, não parece ter contribuído para uma suficiente formalização da distância entre o poder universal de geração da gramática e as restrições externas das gramáticas particulares, entre os juízos de gramaticalidade e os juízos das "gramaticalidades" de/em sistemas linguísticos históricos.

Na área da sociolinguística a situação é diferente e, aí, um conceito de norma é essencial para a análise dos fenómenos de variação e dos mecanismos que parecem intervir nas atitudes dos falantes. Todos os membros de uma comunidade linguística, embora diferentemente, reagem às variedades em presença assim como aos processos de mudança que, a prazo, se vão reflectir nas mudanças dos usos e das próprias imagens de língua "correcta". Estas imagens resistem às reflexões e descrições científicas e continuam, no seio dos grupos, a sancionar aqueles que, no exercício da sua competência linguística, não dominam ou desrespeitam as regras impostas por essas imagens. A questão que se levanta, neste contexto, é a de perceber como se constrói a imagem dessa língua ideal, como se estabelece uma variedade de referência, quais os mecanismos internos e externos que conduzem ao estabelecimento de fenómenos de aceitação ou de rejeição de unidades linguísticas, nos diferentes níveis de análise, e em que situações tais fenómenos ocorrem. Com efeito, se a "norma" é um conceito necessário para algum entendimento do funcionamento das línguas nas comunidades, a realidade que é objecto de juízos de valor não é homogénea nem os juízos são permanentes.

Esses juízos sobre o discurso de uns e outros abundam nas nossas conversas, nas páginas de jornais, em programas de rádio e de televisão e chegam mesmo a provocar incidentes políticos. Ao mesmo tempo que novos meios tecnológicos criam novas formas de comunicação, sobretudo escrita, a preocupação e as dúvidas sobre a forma correcta de escrever, ou mesmo de dizer, sustentam programas televisivos e consultórios linguísticos na imprensa e até na *net*.

A procura da "norma" parece uma constante das sociedades, principalmente das que possuem línguas com escrita. Desde sempre, temos testemunhos de defensores das línguas que se insurgem contra os "atentados" de que as mesmas são "vítimas", contra os "desregramentos" que, em sua opinião, as "empobrecem" ou "desfiguram". Desde sempre, os textos dos gramáticos ambicionam, para cada língua, o estabelecimento de um modelo em que os falantes se revejam e, desde os primórdios da tradição gramatical greco-latina, um dos principais fundamentos de legitimação de uma variedade é o exemplo dos escritores: para Dionísio de Trácia "A gramática é o conhecimento prático dos usos gerais dos poetas e dos prosadores", sendo a sexta parte em que divide essa gramática constituída pela "apreciação das composições literárias que é a parte mais nobre da gramática"¹; Varrão, por seu turno, considera que "cabe aos poetas [...] acostumar as orelhas do povo [às formas da boa linguagem]"².

Os primeiros gramáticos portugueses não fogem a este ideal e Fernão de Oliveira, apesar da sua aguda observação da realidade linguística, não deixa de frisar que "a primeira e principal virtude da língua é ser clara e que a possam todos entender e para ser bem entendida ha de ser a mais acostuada antre os milhores della e os milhores da língua são os que mais lerão e virão e viverão continoando mais antre primores sisudos e assentados e não amigos de muita mudança" (1536, cap. xxxviii).

Já muito perto de nós, os autores da *Nova Gramática do Português Contemporâneo* (Cunha e Cintra, 1984), assinalam no Prefácio da mesma que, não descurando "dos factos da linguagem coloquial" a pretensão da obra é essencialmente "mostrar a superior unidade da língua portuguesa dentro da sua natural diversidade" e que a obra se apresenta, não como uma gramática puramente normativa, mas como "uma tentativa de descrição do português actual na sua forma culta, isto é, da língua como a têm utilizado os escritores portugueses, brasileiros e africanos desde o Romantismo para cá (sublinhado meu), dando naturalmente uma situação privilegiada aos autores dos nossos dias". A análise, mesmo superficial, dos exemplos extraídos de cerca de 200 obras de escritores oriundos de diferentes espaços onde é usada a língua portuguesa revela que o objectivo de "mostrar a superior unidade da língua portuguesa" prevalece sobre o estudo "dos factos da linguagem coloquial" e são poucos os comentários que sublinham particularidades ou especificidades de uso presentes nas atestações. Por exemplo, os autores advertem o leitor para o facto de que o vocábulo rapariga "é o feminino de rapaz" e que no Brasil se prefere "moça em razão do valor pejorativo que, em certas regiões, o primeiro termo adquiriu", mas nada dizem sobre a regionalidade de "pés de bogari" ou "festa de mutirão" ou sobre a marginalidade de estruturas como "ainda doía-lhe no coração a cabeça da antiga" (Luandino), "sumiu-se em meio as árvores" (Érico Veríssimo)³.

Um modelo ideal de língua construído a partir da variedade literária tem algo de paradoxal na medida em que um texto, para ser literário, não pode, por definição, ser "normal" sob risco de não surpreender. No entanto, é o que se tem registado ao longo dos séculos e o próprio ensino das línguas só muito recentemente se abriu à utilização de outro tipo de textos.

O fascínio pelo texto literário parece funcionar como uma aspiração dos utentes das línguas, mesmo se apenas uma minoria alcança a capacidade de os produzir. A existência de literatura revela-se fundamental para a construção da dimensão simbólica e identitária da língua. Particularmente importante nas línguas com escrita, não podemos ignorar que, mesmo em comunidades cujas línguas são ágrafas, há textos orais que desempenham essa função. Assim, podemos interrogar-nos sobre a questão, referida no início, das relações entre o texto literário, a língua e a formação da imagem de referência da língua.

Ao tratar a relação entre língua e literatura, Coseriu (1987:146) considera que "a poesia (a "literatura" como arte) é o lugar de desenvolvimento, da plenitude funcional da linguagem [...] não é, como frequentemente se diz, um "desvio" em relação à linguagem "corrente" (entendida como a "normalidade" da linguagem); antes, a rigor, é a linguagem "corrente" que representa um desvio em face da totalidade da linguagem".

E acrescenta, no mesmo ensaio, "Apesar de tudo, a identificação entre linguagem e poesia não é aceitável, precisamente porque a linguagem não é absoluta. [...] Como actividade do sujeito "relativo" (dotado de "alteridade"), a linguagem é apreensão e estruturação do "mundo", mas não é interpretação do mundo, nem criação de mundos possíveis. Ao contrário, a poesia é sempre absoluta e, precisamente, cria também outros mundos possíveis" (*ibid.*: 148).

A observação que se pretende fazer não visa a análise do poder criador da linguagem literária, como é postulado por Coseriu, mas apenas destacar algumas estratégias de utilização e de combinatórias de variedades normativas e não normativas, com as quais os autores criam os seus "mundos possíveis". O fundamento destes "mundos", de acordo com Aristóteles, não se encontra na sua verdade mas na sua verosimilhança. Assim, ao contrário do cientista, o "fingidor" não tem que se preocupar com o rigor ou exactidão dos dados da realidade mas sim com a construção da sua similitude; não nos introduz na complexidade de qualquer mundo real, faz-nos aceder a uma imitação que, num certo sentido, limpa de elementos espúrios, se apresenta sob uma forma mais inteligível.

Na economia do texto literário, particularmente no texto dramático e no texto narrativo, uma das criações mais frequentes é a da similitude das falas, da oralidade. Como é óbvio, pela sua natureza, a escrita não permite o acesso directo à oralidade. No primeiro caso, a oralização posterior pode colmatar as lacunas da escrita e o actor substitui-se ao autor para concretizar uma das oralidades possíveis das personagens, mas no texto narrativo esse recurso não está previsto. Neste contexto, será interessante observar algumas das estratégias a que os autores recorrem para nos fazerem aceder à verosimilhança da expressão, em função da personalidade, do estado de espírito, da relação de uma personagem com os outros.

Considerando, como foi dito, que a escrita sendo altamente codificada é limitativa e não permite dar conta dos traços orais de um dialecto, de um sociolecto, de falas infantis, de um discurso expressivo, de uma onomatopeia . . . , uma das estratégias possíveis é o recurso ao chamado "eye-dialect". Este procedimento consiste na sugestão de traços da oralidade mediante a alteração das formas ortográficas. As grafias anómalas podem ser sublinhadas pelo que se poderia chamar recursos ou artifícios gráficos – uso de itálicos, aspas, apóstrofes (1) e (2):

(1) Cês 'tão bestas! Pois aquele é o 22 da *Marajó*, corpo fechado p'ra «sardinha» e pé que nunca «malou saque» (Monteiro Lobato in Azevedo, 2000).

(2) Qu'ais dona Adélia, nem qu'ais quê? (Irene Lisboa, s.d.: 24).

Mas as mesmas formas também podem não ter qualquer marca e serem simplesmente integradas no texto como se de formas normais se tratasse, quer a anomalia representada seja de carácter fonético, quer seja de natureza morfológica (3), (4):

(3) Seu cheira-cus, já le disse e le torno a dizer, vou-me daqui pra fora! E não tarda nada, eu e mais a minha filha! Inda se não fartou das saloias, inda não? [...].

- Foram à caça não estão! Ouvistes bem? [...].

- Eles andam além, não nos vê?

- Não estão! Já sabes o recado, e posde ir para a cozinha. (Irene Lisboa, s.d.).

(4) - O meu home tem em vistas um negócio e precisava d'uns três contos... Nã julgue que seja coisa d'intrujice! Nã senhora! S'ele montar uma loja na praia, é mais-a-mim de freguesia!...

- Adiente! [...] Lá pró que é nã tenho que ver... [...] Vossemecê tem fiador?

- Por hora nã tenho, mas juro-lhe qu'arranjo! Sou uma mulher de trabalho [...]

- Atão, amanhen... nã sendo amanhen... (Romeu Correia, 1964²: 136-137).

O artifício gráfico usado para representar sobretudo a oralidade, seja ela socialmente desviante da norma seja expressiva, pode consistir na segmentação de unidades, na junção de segmentos (5) ou no alargamento gráfico que criam uma imagem de natureza sinestésica em que

a visualidade da forma sugere a duração ou composição do som (6), mesmo quando a forma ortográfica seria lida da mesma maneira:

(7) - E agor'eu eró caçador e tu era zu lobo e u lobo comia o capechinho e depois u caçador desparava pum pum no lobo [...] (Rui Zink, 2000: 41).

(8) Cristina achava que dava imeeeenso trabalho ir procurar a carteira, tiraaaaar de lá o poooorta-moedas e tentaaaar encontrar uma moeeeeda trocaaaaada. [...] O que foi? Diz à mamã, vá diz à mamã. U qué ca fô? [...].

- Pu qué caquele matou quele, vô? [...]. (Rui Zink, 2000: 35, 36, 40)

A oralidade, porém, pode ser sugerida pelo léxico, nomeadamente pela inserção de empréstimos, por alteração de estruturas morfológicas ou sintáticas, em diálogos interiores, no estilo indirecto livre, no estilo directo simples. Neste caso, o texto conserva o seu cunho escrito mas os elementos colhidos na oralidade situam a personagem ou caracterizam a situação. É o que encontramos (9):

(9) [...] não posso permitir o domínio sobre o meu intelecto para becos sem saída, a irracionalidade! Boa boca pá! E sem porras! [...] De ser beco. Beco. Exactamente. Sem saída. Porra! Porra não, clarito e assim domino também a bronca. [...].

"Ó mãe, peço-lhe. Por favor. Não me venha com mais estórias."

"Rico! Ia-te só dizer para tomares burututu. Tens mau aspecto e às vezes é disso, o fígado. (Manuel Rui, 1989: 56-57).

Por último, a presença de obscenidades para caracterizar a oralidade das personagens, em determinadas situações ou estados de emotividade, parece fortalecer-se pela integração, cada vez mais frequente, de elementos pertencentes ao campo dos tabus sexuais em contraste com níveis lexicais, por vezes altos, usados pelas mesmas personagens o que parece constituir um processo de banalização (10) e (11):

(10) - É assim, Diakamba, a vida dum gajo. [...]. A mulher morreu de parto do terceiro e a terra comeu-me o corpo dos meus filhos. Eram giros os putos, sabe, e a velha era uma santa. Merda de vida, porra prò caralho. [...] Não vai dar certo, Diakamba, o povo pensa que a independência é invadir as lojas, roubar, deixar as fábricas estragadas, abandonar o campo [...]. O povo não tem projecto político, Diakamba. O povo é uma ficção, uma linguagem abstracta que os políticos inventaram. (Medeiros, 2000).

(11) - Desculpe lá, Teresa, deixe-me só mudar de posição, acho que lhe estou a mandar fumo para a cara...

- Deixe-se estar, Nuno, pelo amor de Deus; o fumo não me incomoda nada, como vê, também estou a fumar... [...].

- Aonde é que vais tão furibundo?

- Larga-me!

- Espera, Nuno: ainda não te disse onde é que é o jantar.

- Que se foda o jantar. Deixa-me!

- Nuno, fala baixo. Estás parvo? (Frederico Lourenço, 2002).

Língua com tradição escrita centenar, pluricontinental e pluricultural, a língua portuguesa, nos espaços em que se constituiu como língua de expressão poética, permite ainda, através da sua variação interna, a criação de imagens identitárias diferenciadas. Dos nomes próprios aos nomes

comuns, das imitações de oralidade não padronizadas à sintaxe do discurso indirecto livre, do vocabulário técnico ou erudito à obscenidade, a língua transporta-nos para todos os cenários, para todos os "mundos possíveis" (12) e (13):

- (12) - É prò teu Pai. E donde é que está ele? Fala já, com depressa. [...].
- Que conversa é essa? Porquê tanta n'vunda? [...]
- É o n'gueta, senhor. Trouxe isso. [...] Disse só, é pró teu patrão. E foi embora. [...].
- Patrão é fala de n'gueta, ouviu?
- Hi! N'gueta é que falou assim. Perdão, não sabia. Ninguém explicou. [...].
- Lhe juro, camarada, pela alma de minha mãe. Lhe juro, sim senhor... (Tomás Medeiros, 2000: 11-12, 23).

(13) O mulungu do bebedouro, cobria-se de arribações. Mau sinal, provavelmente o sertão ia pegar fogo. [...] O sol chupava os poços, e aquelas excomungadas levavam o resto da água, queriam matar o gado.
Sinhá Vitória falou assim, mas Fabiano resmungou, franziu a testa, achando a frase extravagante. Aves matarem bois e cabras, que lembrança! Olhou a mulher, desconfiado, julgou que ela estivesse tresvariando. (Graciliano Ramos in Cardoso e Cunha, 1970:107)

Mas, diversas no espaço, a língua e a sua representação ideal são-no também no tempo. Se o dialecto literário se constitui como modelo é porque em algum lugar ele acolhe as manifestações linguísticas dos diferentes falantes e estes reconhecem nele a vitalidade da língua. Lembremos a judiciosa observação de José Leite de Vasconcelos: "À semelhança do que fizeram os cómicos de todos os tempos, desde a antiguidade, o nosso Gil Vicente pôs muitas vezes na boca das suas personagens plebeias linguagem popular, que importa não confundir com a linguagem literária da época, que ele também emprega, - ainda que às vezes a distinção se torna difícil, porque expressões que hoje nos parecem só do vulgo, como *polo*, *frol*, *fermoso*, *no' mais*, *pera*, eram cultas no séc. XVI, e porque havia, como hoje, inúmeros termos populares que tinham entrado na língua culta, e outros cultos que estavam a popularizar-se" (J.L.V., *Rev. Lus.*, II, pp. 340-2, cit. pelo próprio, in *Esquise*: 34).

O projecto de investigação que se está a iniciar na Universidade Nova de Lisboa aproxima-se de um trabalho em curso nos Estados Unidos e que Milton M. de Azevedo (2003) apresenta num estudo centrado sobre a representação literária da oralidade. Na investigação que se projecta desenvolver em Lisboa, pretende-se observar ainda, além das mudanças/variações estruturais reproduzidas na imitação da oralidade, o peso que o léxico referencial, os topónimos e antropónimos apresentam na economia do texto literário, para tentar entender de que modo a língua viva e a literatura interagem na formação de normas plurais que, em cada comunidade, assumem o valor simbólico de identidade colectiva.

Notas

¹ (trad. de Robins, 1976: 37).

² (trad. de Mounin, 1974: 99).

³ Uma crítica, breve mas bem estruturada, às ambiguidades e incoerências teóricas deste trabalho pode ler-se em Mattos e Silva (2000: 48-65).

Referências Bibliográficas

- Aristóteles (s.d.). *Poética*. (Trad. de Eudora de Sousa). Lisboa, Guimarães e C.^a editores
- Azevedo, Milton M. (2003). *Vozes em Branco e Preto*. S. Paulo, Edusp.
- Cardoso, Wilton e Celso Cunha (1970). *Português através de Textos*. Belo Horizonte, Bernardo Alvarez.
- Correia, Romeu (1964²). *Calamento*. Lisboa, Portugália.
- Coseriu, Eugénio (2001). *O Homem e a sua Linguagem. Estudos de Teoria e Metodologia Linguística* (trad. da ed. esp. (1977) por Carlos Alberto da Fonseca e Mário Ferreira). Rio de Janeiro, Presença.
- Cunha, Celso e Lindley Cintra (1984). *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa, Sá da Costa.
- Lisboa, Irene (s.d.). *Voltar atrás para quê?*. Lisboa, Unibolso.
- Lourenço, Frederico (2002). *Pode um Desejo Imenso*. Lisboa, Cotovia.
- Lyons, John (1970). *Linguistique Générale. Introduction à la Linguistique Théorique*. (trad. fr., por Françoise Dubois-Charlier e David Robinson, da última edição inglesa corrigida). Paris, Librairie Larousse.
- Mattos e Silva, Rosa Virgínia (2000⁴). *Tradição Gramatical e Gramática Tradicional*. S. Paulo, Contexto.
- Medeiros, Tomás (2000). *O Automóvel do Engenheiro Diakamba*. Lisboa, Editorial Escritor.
- Mounin, Georges (1974). *Histoire de la linguistique des origines au XXe siècle*. 3e éd. revue. Paris, PUF (Col. SUP).
- Oliveira, Fernão de (1536/1988). *Gramática da Linguagem Portuguesa*. Ed. fac-simil., Lisboa, BN.
- Robins, R.H. (1967). *A Short History of Linguistics*. London and Harlow, Longmans. (Trad. fr. por Maurice Borel (1976): *Brève Histoire de la Linguistique, de Platon à Chomsky*. Paris, Ed. du Seuil).
- Rui, Manuel (1989). *Crónica de um Mugimbo*. Porto, Edições Asa.
- Traugott, Elizabeth Closs e Mary Louise Pratt (1980). *Linguistics for Students of Literature*. Harcourt Brace Jovanovich.
- Vasconcelos, José Leite de (1987). *Esquisse d'une Dialectologie Portugaise*. Lisboa, INIC - CLUL.
- Zink, Rui (2000). *O Suplente*. Lisboa, Publicações Europa-América.